

MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

ROMILSON MARTINS SIQUEIRA¹

PUC Goiás/UESC

romilsonmartinsiqueira@hotmail.com

CELI NELZA ZULKE TAFFAREL

UESC/UFBA

celi.taffarel@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A compreensão das políticas educacionais voltadas à educação infantil do campo exige um referencial teórico capaz de apreender a realidade em sua complexidade, historicidade e contradições. Nesse sentido, o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) se apresenta como um método fundamental para a análise crítica das políticas públicas, especialmente quando se trata de contextos marcados por desigualdades estruturais, como o campo brasileiro. Ao considerar as relações sociais de produção, as disputas de classe e os processos históricos, esse método permite compreender a educação não como um fenômeno isolado, mas como parte constitutiva da totalidade social.

DESENVOLVIMENTO

Conforme apontam Friedrich Engels e Karl Marx, a história da humanidade é marcada pela luta de classes, sendo essa dinâmica o motor das transformações sociais. Engels afirma que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Essa perspectiva é essencial para compreender que as políticas educacionais são determinadas por interesses de classe e não apenas por decisões neutras ou técnicas.

¹ Bolsista Fapesb - Pós Doutorado na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)



No contexto da educação infantil do campo, essa abordagem permite identificar as tensões entre projetos educacionais distintos: de um lado, políticas alinhadas à lógica do capital, que tendem a homogeneizar e urbanizar a educação; de outro, propostas construídas a partir das lutas dos sujeitos do campo, que reivindicam uma educação contextualizada, emancipadora e vinculada à sua realidade social.

As contribuições de Dermeval Saviani são fundamentais nesse debate. Ao desenvolver a pedagogia histórico-crítica, Saviani reafirma a importância do MHD como método de análise da educação. Segundo o autor, “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, sendo uma exigência do e para o processo de trabalho.” (SAVIANI, 2008, p. 11). Isso implica afirmar que o trabalho constitui a base da existência humana. Essa afirmação evidencia que a educação não pode ser compreendida fora das relações sociais que a produzem, portanto, das condições concretas de trabalho e vida.

Saviani destaca ainda que a escola é um espaço contraditório, no qual se expressam tanto as determinações do sistema capitalista quanto as possibilidades de sua superação. Em suas palavras, “a escola pode contribuir tanto para a reprodução quanto para a transformação da sociedade.” (SAVIANI, 2008, p. 69). Nesse sentido, a formulação de políticas educacionais para a educação infantil do campo deve considerar essa dualidade, buscando fortalecer o papel emancipador da educação.

A discussão sobre direitos também é central nesse debate. E. P. Thompson oferece uma importante contribuição ao compreender o direito como construção histórica: “os direitos consuetudinários foram defendidos porque eram considerados legítimos pela experiência social.” (THOMPSON, 1998, p. 19) Em sua obra, o autor afirma que os direitos são resultados de lutas sociais concretas, sendo constantemente redefinidos no interior das relações de poder. Essa concepção permite entender que o direito à educação infantil do campo não é uma concessão do Estado, mas uma conquista que resulta da mobilização dos sujeitos sociais.

A partir dessa perspectiva, as políticas educacionais devem ser analisadas como campos de disputa, nos quais diferentes interesses se confrontam. A garantia do direito à educação infantil do campo exige não apenas sua formalização em leis, mas sua efetivação concreta, o que implica investimentos, reconhecimento das especificidades locais e participação social.



O Materialismo Histórico-Dialético contribui para essa análise ao mobilizar categorias fundamentais como classe, contradição, história e desigualdade. A categoria classe permite compreender que a sociedade capitalista é estruturada por relações de exploração, nas quais a classe trabalhadora — incluindo os sujeitos do campo — ocupa uma posição subalterna. Engels ressalta que a divisão da sociedade em classes antagônicas é resultado do desenvolvimento histórico das forças produtivas (ENGELS, 2008), o que reforça a necessidade de compreender as desigualdades educacionais como expressão dessas relações.

A contradição, por sua vez, é um elemento central do método dialético. No campo das políticas educacionais, ela se manifesta na coexistência de avanços legais e retrocessos práticos. Por exemplo, embora haja reconhecimento formal da educação do campo nas políticas públicas, persistem problemas como o fechamento de escolas rurais e a precarização das condições de ensino. Essa contradição revela os limites das políticas quando não enfrentam as estruturas que produzem desigualdades.

A categoria história permite compreender que a educação do campo é resultado de um processo de lutas sociais. Como destaca Thompson, a história deve ser entendida a partir da experiência vivida pelos sujeitos, que constroem, resistem e transformam as estruturas sociais. (THOMPSON, 1981) Assim, a educação infantil do campo deve ser analisada considerando o protagonismo das comunidades rurais e dos movimentos sociais.

A desigualdade, enquanto categoria, explicita as disparidades que marcam a sociedade brasileira. No campo, essas desigualdades são evidentes no acesso à educação, na qualidade do ensino e nas condições de infraestrutura. Para Saviani, a superação das desigualdades educacionais exige a transformação das condições sociais que as produzem (SAVIANI, 2013), o que implica políticas públicas comprometidas com a justiça social.

Autores contemporâneos que dialogam com o MHD têm aprofundado essa análise, destacando a necessidade de compreender o Estado como espaço contraditório. Esses autores argumentam que, embora o Estado seja responsável pela formulação de políticas públicas, ele também é permeado por interesses de classe, o que pode limitar a efetivação de direitos. Assim, a construção de políticas educacionais para a educação infantil do campo requer a participação ativa das comunidades e movimentos sociais.



Além disso, esses estudos enfatizam a importância de políticas que valorizem a identidade do campo. A educação infantil do campo deve estar vinculada aos modos de vida das comunidades, promovendo uma formação que respeite e fortaleça suas identidades culturais. Isso implica reconhecer que o campo é um território de produção de saberes e práticas sociais.

A luta contra as desigualdades sociais é, portanto, um elemento central na formulação de políticas educacionais. O MHD permite compreender que essas desigualdades são historicamente produzidas e, portanto, podem ser transformadas. Nesse sentido, políticas educacionais comprometidas com a equidade devem buscar não apenas garantir o acesso à escola, mas promover condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Por fim, é fundamental reafirmar a importância de políticas educacionais que assegurem a identidade e a luta do e no campo. A educação do campo deve ser concebida como um projeto político-pedagógico comprometido com a emancipação dos sujeitos, articulando-se às lutas sociais por terra, trabalho e dignidade. Como destaca Saviani, a educação, ao mesmo tempo em que é determinada pela sociedade, também pode atuar sobre ela, contribuindo para sua transformação. (SAVIANI, 2008) Essa afirmação sintetiza a importância de compreender a educação infantil do campo como espaço estratégico na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.





XXXII SIMPOSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
II COLÓQUIO POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

14 A 18 DE JUNHO DE 2026
SALVADOR - BAHIA